

ATA N.º 08/2018

---- Reunião ordinária do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezoito.-----

---- No dia vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, na vila de Sever do Vouga, edifício dos Paços do Concelho e salão nobre, reuniu o órgão executivo ordinariamente, com a presença de Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro para redação da respetiva ata.-----

---- Foram registadas as seguintes presenças: José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-Presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, Vereadores.-----

---- A reunião foi declarada aberta às quinze horas e quinze minutos, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião anterior, por ter sido enviada uma cópia, previamente, a todos os membros que estiveram presentes naquela reunião, depois de ter sido aprovada e assinada em minuta no final da mesma.-----

---- Foi registada a falta justificada de António Coutinho.-----

A ata da reunião anterior foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Ordem de Trabalhos

- Autos de Medição-----
- Autos de Revisão-----
- Auto de Medição de Trabalhos A Menos-----
- Auto de Suspensão de Trabalhos da Empreitada “Qualificação do Espaço Público – 1ª Fase”-----
- Auto de Receção Provisória da Empreitada “Ecocentro – Valorização Ambiental”-----
- Isenção de Taxas – Landsdsever-----
- Plano de Transportes Escolares 2018/2019-----
- Bolsas de Estudo 2017/2018 – Lista Provisória-----
- Centro de Recreio e Cultura de Rocas do Vouga – Apoio Extraordinário-----
- Apoio à Natalidade-----
- Museu Municipal – Alteração Preços Merchandising-----
- Museu Municipal – Alteração Fundo de Maneio-----

Período de Antes da Ordem do Dia

Resumo Diário de Tesouraria:-----

Em 19 de abril, o “Resumo Diário de Tesouraria” apresentava os seguintes valores: operações orçamentais = € 2 783 853,56 (dois milhões, setecentos e oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos) e operações não orçamentais = € 607 009,47 (seiscentos e sete mil, nove euros e quarenta e sete cêntimos).-

Fundos Disponíveis: - Os fundos disponíveis nesta data eram de € 1 512 049,41 (um milhão, quinhentos e doze mil, quarenta e nove euros e quarenta e um cêntimos).-----

Correspondência:-----

Relatório de Gestão 2017: - Na sequência das sugestões apresentadas pelo auditor externo, foram efetuadas pequenas retificações ao Relatório de Gestão, dadas a conhecer à Câmara Municipal. Foi transmitido que na área reservada, foram disponibilizados dois documentos, um com as sugestões de alteração e um segundo correspondendo à versão final já submetida com as alterações para a Assembleia Municipal.-----

Intervenções:-----

Paulo Martins interveio para dizer que tinha reparado que, este ano, o município tinha caído da posição número 50 para 139 no relatório do índice de transparência municipal e que, ao ler o documento, tinha percebido que, na dimensão G (nível de gestão urbanística e patrimonial) o município registou zero pontos. Perguntou qual a razão de não terem tido informação para pontuar o município naquele campo. Sobre a dimensão F, que está relacionada com a transparência económico-financeira, disse ser onde o município apresenta a melhor pontuação, e, que, na dimensão E, relacionada com a contratação pública, o município teve 57 pontos porque só foram cumpridos três dos requisitos. Perguntou o que é que tinha falhado para o município não ter tido uma melhor avaliação.

O Vice-presidente disse que as regras para aquele índice tinham mudado e que todos os municípios da CIRA tinham baixado as suas pontuações. Mais disse que, embora a resposta do município tenha sido enviada dentro do prazo, não se sabe se foi tudo incluído e que, se fosse no dia de hoje, o índice já estava mais acima, porque vão sendo inseridas muito mais informações na página do município. -----

Paulo Martins, continuou a sua intervenção propondo, em nome dos vereadores do PSD, que fosse apresentado em todas as reuniões, ou, pelo menos, na primeira reunião de cada mês, o mapa de empreitadas em execução com o nome do empreiteiro, a data de adjudicação, a data do contrato, a data da consignação e a data da aprovação do plano de segurança. -----

Seguidamente, o vereador Paulo Martins disse que, na reunião de 14 de março de 2018, tinha solicitado um esclarecimento ao vereador Raul Duarte, sobre o ponto de situação da vespa asiática e o que estava a ser feito para o seu combate, e que lhe tinha sido respondido que iria ser adquirida uma vara para fazer a inoculação dos ninhos. No entanto, não existindo um modelo definido para o ataque desses ninhos, perguntou se fará sentido fazer essa compra? -----

Raul Duarte disse que a vara já tinha sido comprada e, atualmente, é a única ferramenta que existe para a inoculação sem ser necessário a aproximação ao ninho. -----

Para terminar a sua intervenção, Paulo Martins, perguntou de que forma é que o executivo estava a conseguir orientar todo o trabalho com a ausência do presidente da Câmara Municipal, reconhecendo que esteja a ser difícil. -----

O Vice-presidente disse que têm estado a trabalhar em conjunto, tentado proceder como se o presidente da Câmara Municipal estivesse presente, uma vez que têm estado em contacto permanente e ele apresenta instruções e opiniões sobre a forma como resolver as situações que surgem para tratar. -----

A intervenção seguinte foi a de Ricardo Silva, que disse existirem placas de obras, na Rua do Cabo, em Pessegueiro do Vouga e junto da EN 328, que não constam da lista das obras. O Vice-presidente disse que a obra estava concluída, mas, ainda não estava rececionada. --

Ricardo Silva, continuou a sua intervenção dizendo terem-lhe chegado alguns relatos sobre estradas municipais, a primeira sendo a estrada de Talhadas a Macida, onde falta lá uma guarda de segurança. -----

Raul Duarte disse, que aquela estrada tem um piso muito rompido e escorregadio. E, que, se o piso pudesse ser feito desde a ponte até encontrar o novo pavimento até abaixo, evitar-se-iam problemas. -----

Ricardo Silva, mais falou sobre a estrada que liga Silva Escura a Dornelas, na parte da Rua do Cabo da Vessada, onde o piso está completamente degradado, e, na estrada EM 554, que liga Vale da Anta a Silva Escura, onde a estrada está a abater devido às obras de ligação ao saneamento. Mais disse que, tinha ouvido relatos de que existe um problema das águas que ainda não foi completamente resolvido na calçada da Acimada. -----

O Vice-presidente informou: que a estrada de Silva Escura a Dornelas está no plano e existe todo o interesse em lançar aquela empreitada; que a estrada do Vale da Anta a Silva Escura é da responsabilidade da AdRA, entidade que têm estado a ser pressionada para que reponha aquela via para que volte a estar em condições; que iria ser analisado o que se passava na Rua da Acimada. -----

Ricardo Silva perguntou se os edifícios camarários e as Juntas de Freguesia pagavam água à AdRA? -----

Foi respondido que era cobrado o fornecimento de água nos edifícios municipais e das freguesias, bem como, que o município também vendia água à AdRA, proveniente das suas captações. -----

Ricardo Silva perguntou porquê, uma vez que tinha visto um edital da Assembleia de Freguesia de Silva Escura e Dornelas onde constava um ponto de ordem que era a cedência de um terreno à AdRA, no alto de São Domingos, dizendo não ter lógica a Junta de Freguesia pagar a água e depois ceder um terreno. -----

Elisabete Henriques disse que, pelo que sabe, a AdRA está disponível para pagar o terreno. Ricardo Silva disse ter conhecimento de que tem havido dificuldades na aquisição de bilhetes no CAE, dizendo que deveria tentar-se arranjar uma solução para esse problema. --

O Vice-presidente disse que já estava a ser pensada uma solução, e que, dos funcionários que tinham feito formação, dois estavam de baixa e os outros não tinham estado disponíveis. Mais disse que, a intenção é vender os bilhetes no Balcão de Atendimento, no Posto de Turismo e, eventualmente, na Biblioteca. -----

Ricardo Silva disse que, em relação à última reunião, tinha apresentado algumas questões para o orçamento participativo e tinha sido informado de que havia uma comissão para o efeito, sendo que a comissão não recebeu resposta para haver uma mudança na carta de princípios. Disse que o membro do CDS, que faz parte da comissão, não tinha recebido o e-mail da Dr.^a Graciela a solicitar os contributos da proposta apresentada, mas que tinha o e-mail enviado pela Dr.^a Ana Mendes à Dr.^a Graciela (com conhecimento de todos os envolvidos, e, ainda, do presidente da Câmara Municipal e do Vice-presidente) que chegou às 17:58 do dia 06 de abril, a dizer que a resposta teria de ser dada, se possível, até às 16:30 desse dia. Disse não ter havido tempo de responder porque a Dr.^a Graciela não tinha enviado, de facto, o e-mail. Afirmou que, aquilo que tinha percebido do e-mail era que, não tinham sido tidas em conta nenhuma das propostas. Perguntou se, com aquilo tudo, era possível voltar a falar acerca do assunto ou se está fechada a situação do orçamento participativo. -----

O Vice-presidente disse ter havido reuniões com participação. -----

Ricardo Silva disse ter sido realizada uma reunião onde se tinha falado sobre algumas alterações, mas que as propostas apresentadas nessa reunião não constam do documento. Mais afirmou que, aquela comissão não tinha funcionado bem. -----

O Vice-presidente disse que aquela comissão era da responsabilidade da Assembleia Municipal e que tinha tomado nota do recado, sugerindo que o vereador falasse com a comissão para se sentarem e discutirem o assunto. -----

O Diretor de Departamento esclareceu que tinha sido enviado um documento para os membros da comissão, no dia 6 de abril, para Cristina Tavares, pelas 17:58, e outro pela Dr.^a Ana Mendes, a pedido da Dr.^a Graciela, onde ia a versão final. Mais disse que, no último e-mail, são solicitados os contributos. Isso no dia 06 e a Cristina Tavares afirmou que o e-mail estava na pasta de Spam, razão pela qual não tinha visto o e-mail. Por fim, disse que o e-mail que diz para dar resposta até às 16:30 é de outra data, e nem está identificado. -----

O Vice-presidente disse não haver problema nenhum dirigirem-se à Dr.^a Graciela e reunirem-se outra vez, para pedirem explicações, em termos formais, para ver se o documento pode ser alterado. -----

Seguidamente, interveio Pedro Lobo, para falar sobre a questão do orçamento participativo, dizendo que, quando o assunto veio à reunião de Câmara, estava convencido de que o mesmo estava tratado, que todos tinham sido consultados e que tinha havido um consenso. Pediu que houvesse a preocupação de marcar as reuniões num horário pós-laboral, porque a pessoa escolhida pelo PSD não poderia comparecer em horário laboral. -- Continuando a sua intervenção, disse ter tido conhecimento do índice de transparência, há cerca de duas semanas, mas que não quis falar na última reunião porque ainda não tinha lido o relatório do princípio ao fim, mas que era importante esclarecer que o índice de transparência incide sobre a estrutura de funcionamento da gestão municipal e, em particular, sobre a sua atuação em áreas de elevado risco que são a contratação pública e o urbanismo. Disse ter sido com base nisso que tinha feito a recomendação, na última reunião de Câmara, para que a contratação se faça com total transparência. -----

Relativamente à tabela que foi distribuída, sobre as obras das empreitadas, o vereador disse ser manifestamente insuficiente, incompleta e que não é clara, devendo ser estabelecida uma prioridade mínima a ser entregue. Dirigindo-se ao Vice-presidente, Pedro Lobo, disse ter solicitado informações relativamente à obra do Ecocentro há mais de trinta dias e que seria, no mínimo, razoável que, até ao dia do último auto de medição, até ao dia da receção provisória da obra, estivessem esclarecidas todas as dúvidas relativamente àquela obra. Perguntou ao Vice-presidente porque é que, até ao momento, ainda não lhe tinham sido respondidas as questões que tinha colocado relativamente àquela obra. -----

O Vice-presidente disse que, se Patrícia Santos tivesse avisado que precisava que fosse no horário pós-laboral, os serviços marcariam, dentro do possível, no horário pós-laboral, mas que é uma questão de acertar internamente na comissão. Sobre o índice de transparência,

disse que a contratação pública é fundamental e que isso iria ser plasmado na plataforma e na página do município. Afirmou que vai sendo corrigido aquilo que se pode e inserindo mais informação, tendo a certeza de que, no próximo ano, a situação estará, no mínimo, no patamar em que estava no ano passado. Sobre as empreitadas, disse ter sido feito algum esforço, mas que agradecia que, sempre que o vereador quisesse, verbalmente ou por escrito, informasse quais são os dados que entende deverem ser fornecidos. Sobre a empreitada do Ecocentro, informou que está a ser preparado o relatório final que virá à reunião para apreciação. -----

Pedro Lobo disse que, relativamente às empreitadas em execução, iria fazer um pedido com uma tabela mais completa. -----

-----Período da Ordem do Dia-----

Autos de Medição: - A Câmara Municipal analisou e aprovou, por maioria, os seguintes autos de medição de trabalhos:-----

a) “Centro Escolar de Sever do Vouga”:-----
- Auto de Medição n.º 3 de trabalho contratual no valor de € 15 811,71 (quinze mil, oitocentos e onze euros e setenta e um cêntimos), acrescido do IVA.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenção - Ricardo Silva.-----

b) “Ecocentro – Valorização Ambiental”:-----
- Auto de Medição n.º 8 de trabalho contratual no valor de € 80 271,31 (oitenta mil, duzentos e setenta e um euros e trinta e um cêntimos), acrescido do IVA.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenções – Paulo Martins, Pedro Lobo, por não ter tido acesso à informação que foi solicitada e Ricardo Silva, por tratar-se de uma obra do mandato anterior.-----

Autos de Revisão: - A Câmara Municipal tomou conhecimento das seguintes revisões de preços, tendo os valores sido confirmados pelos serviços técnicos:-----

a) “Centro Escolar de Sever do Vouga”, conforme a terceira revisão, sem qualquer valor dos trabalhos realizados sujeitos a revisão.-----

b) “Ecocentro – Valorização Ambiental”, conforme a oitava revisão, sem qualquer valor dos trabalhos realizados sujeitos a revisão.-----

Auto de Medição de Trabalhos A Menos:-----

Foi aprovado, por maioria, o Auto de Medição de Trabalhos a Menos n.º 1 da empreitada “Ecocentro – Valorização Ambiental”, no valor de € 1 026,51 (mil, vinte e seis euros e cinquenta e um cêntimos).-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenções – Paulo Martins, Pedro Lobo, uma vez que solicitou a listagem dos trabalhos a mais e a menos e não lhe tinha sido fornecida e Ricardo Silva, por tratar-se de uma obra do mandato anterior.-----

Auto de Suspensão de Trabalhos da Empreitada “Qualificação do Espaço Público – 1ª Fase”: - A Câmara Municipal aprovou, por maioria, a suspensão do prazo da empreitada de “Qualificação do Espaço Público – 1ª Fase” por um prazo de 180 dias, nos termos da alínea a) do artigo 297º do CCP.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenção - Ricardo Silva, por se tratar de uma obra do mandato anterior.---

Auto de Receção Provisória da Empreitada “Ecocentro – Valorização Ambiental”: - Foi recebida provisoriamente a obra indicada em epígrafe, conforme auto elaborado e assinado pelos respetivos responsáveis, nos termos do artigo 395º, do Código dos Contratos Públicos.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenções – Paulo Martins, Pedro Lobo, pelos motivos já referidos nesta reunião e Ricardo Silva, por tratar-se de uma obra do mandato anterior.-----

Isenção de Taxas – Landsdsever: - Através de carta datada de 04 de abril, a Landsdsever veio requerer a isenção do pagamento da taxa relacionada com a emissão de uma licença de manifestação desportiva para a realização do 8º Passeio Clássicos Terras do Vouga, a realizar-se no próximo dia 06 de maio de 2018 e, ainda, fotocópias gratuitas dos roadbooks e disponibilidade de folhetos do concelho. Analisado o pedido, a Câmara Municipal

aprovou, por unanimidade, a isenção do pagamento da respetiva taxa de emissão da licença de manifestação desportiva.-----

Paulo Martins perguntou porque é que não consta da informação do serviço administrativo o valor das fotocópias que serão tiradas.-----

O Vice-presidente informou que existe um mapa de todas as fotocópias que as associações solicitam que irá pesar na atribuição dos valores dos subsídios.-----

Pedro Lobo sugeriu que, juntamente com os folhetos alusivos ao concelho, fossem distribuídos bilhetes e publicidade da Feira do Mirtilo.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do artigo 8º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Plano de Transportes Escolares 2018/2019: - Para cumprimento do ponto 3 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, foi elaborado o novo plano de transportes escolares para o ano letivo 2018/2019. A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o respetivo plano de transportes escolares.-----

Ricardo Silva perguntou até que ano o município suportava os custos com o transporte escolar na totalidade.

Diretor de Departamento informou que a lei é muito antiga e que o município só pode suportar as despesas com o transporte escolar até ao 9º ano, não havendo justificação para suportar os custos até ao 12º ano.

Ricardo Silva perguntou se o município não podia fazer nada em relação a isso e, se quisesse suportar a despesa até ao 12º ano, podia fazê-lo?

O Vice-presidente disse que seria necessário arranjar verbas e fundamentação para isso.

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Bolsas de Estudo 2017/2018 – Lista Provisória: - À semelhança de anos anteriores, e com base no processo organizado pelos Serviços Sociais desta entidade, resumidos na informação que aqui se dá como reproduzida, foi proposta a atribuição de bolsas de estudo nos termos do artigo 9º e 11º do regulamento em vigor, aos seguintes alunos:-----

- Adriana Coutinho Gradim	- Inês Filipa Matos Coutinho
- Alexandre Santos	- Jéssica Andreia Carvalheira Macedo
- Ana Jorge da Silva Martins	- João Filipe Henriques Tavares
- Ana Vitória Martins Rocha	- João Pedro Pereira Santos
- André Neto Gradim	- Jorge Miguel Rodrigues Pereira
- Andreia Bastos Amaral	- Liliana Pereira R. Martinho de Bastos
- Andreia Filipa Marques Rodrigues	- Margarida Silva Tavares
- Bárbara Cardoso Fernandes	- Mariana Soraia Henriques Tavares
- Bruna Alexandra Pereira Costa	- Marta Lúcia Coutinho Almeida
- Diana Louise R. Amaral dos Santos	- Miriam Martins Ferreira Sousa
- Diogo Silva Almeida	- Pedro Miguel Pereira Martins
- Duarte Miguel Silva Bastos	- Ricardo André Henriques Tavares
- Fabiana Martins Vieira	- Rodolfo Rodrigues Pereira
- Fábio André Pereira Costa	- Rodrigo Lopes da Costa
- Fábio Rafael Silva Magalhães	- Rui Miguel Tavares da Silva
- Fernanda Liliana Carvalho Silva	- Tatiana Frias Martins
- Filipa Frias Martins	- Vasco dos Santos Pereira
- Gustavo Oliveira Sá	

Considerando as justificações apresentadas na informação dos Serviços de Ação Social, foi apresentada a fundamentação para se propor a atribuição de bolsas, em regime de situação especial, nos termos do artigo 11º do Regulamento, a sete candidatos.-----

O vice-presidente comunicou à Câmara Municipal que a candidata Marta dos Santos Pereira retirou a sua candidatura, por não estar a frequentar o mestrado neste ano letivo.----

A Câmara aprovou, por unanimidade, atribuir bolsas de estudo aos trinta e cinco alunos acima indicados, nos termos do regulamento em vigor.-----

Segue-se a fase de divulgação da decisão tomada pelo órgão executivo e, nos termos do n.º 4 do artigo 12º do Regulamento, é concedido o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da afixação do aviso nos lugares de estilo, para a apresentação de recurso.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Centro de Recreio e Cultura de Rocas do Vouga – Apoio Extraordinário: - O Centro de Recreio e Cultura de Rocas do Vouga apresentou um pedido de apoio extraordinário, para a deslocação do Rancho Folclórico de Rocas do Vouga, à Suíça, nos próximos dias 26 e 27 de maio de 2018. Analisado o pedido e a respetiva informação financeira, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a atribuição de um subsídio correspondente a 30% do valor da despesa a ser suportada, por aquela entidade, com a deslocação do rancho. A pagar:-----

- 85% após assinatura do protocolo;-----
- 15% após a apresentação relatório simples, com indicação da despesa suportada e fotografias do evento.-----

Mais foi deliberado, por unanimidade, ser o Município a suportar o encargo com a contratação de um autocarro para fazer o transporte para o aeroporto, no dia 26 de maio, e no regresso a Rocas do Vouga, no dia 27 de maio.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo do n.º 3 do artigo 7º do Programa para a Concessão de Apoios ao Desenvolvimento Cultural, Social, Recreativo e Desportivo ao Associativismo do Concelho.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Elisabete Henriques e Raul Duarte. Ricardo Silva não participou nesta votação por não estar presente durante a apreciação e votação deste ponto.-----

Apoio à Natalidade: - Na sequência da entrada em vigor do Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade, a técnica superior do serviço de Ação Social elaborou uma informação interna com mais três candidaturas aprovadas. Analisada a informação, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a despesa total de € 750,00 (setecentos e cinquenta euros), a pagar aos três candidatos.-----

Ricardo Silva interveio para dizer que considera ser insuficiente o valor do subsídio e que o mesmo deveria ser revisto. Mais disse que todos, sem exceção, deveriam receber o subsídio.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Museu Municipal – Alteração Preços Merchandising: - Foi presente uma informação do Técnico Superior do Museu Municipal relacionado com a necessidade de atualização dos preços de merchandising. Analisado o documento, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, os seguintes preços de venda de merchandising do Museu Municipal:-----

- Catálogo.....€ 5,00
- Caneca.....€ 4,00
- Pin.....€ 1,00
- Porta-chaves.....€ 1,00
- Caneta + lápis + borracha.....€ 1,50
- Postal.....€ 0,25

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea cc), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Museu Municipal – Alteração Fundo de Maneio: - Tendo-se verificado que o valor do fundo de maneio do Museu Municipal tem sido insuficiente para satisfazer as necessidades urgentes e para os trocos na venda dos artigos promocionais, o órgão executivo aprovou, por maioria, alterar o valor do fundo de maneio daquele equipamento cultural para € 150,00 (cento e cinquenta euros).-----

Votação: A favor - Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Abstenção - Ricardo Silva.-----

--- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----

